



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DES. JOSÉ RICARDO PORTO

DECISÃO MONOCRÁTICA

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0000709-76.2014.815.0461

Relator : Des. José Ricardo Porto
Apelante : Maria Rosalina da Conceição.
Advogado : Cleidísio Henrique da Cruz – OAB /PB 15.606
Apelado : José Pereira da Silva e Júlia da Silva Pereira
Advogado : Alana Natasha Mendes Vaz Santa Cruz – OAB/PB 14.386

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE POSSE. PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. RECURSO INTEMPESTIVO. EXEGESE DO §5º DO ARTIGO 1.003 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 932, III, DO MESMO DIPLOMA LEGAL. NÃO CONHECIMENTO DO APELO.

- “§5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.” (Artigo 1003 do NCPC)

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação cível, fls. 144/149, interposta **Maria Rosalina da Conceição** em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única de Solânea, que julgou procedente o pedido posto na Ação Reivindicatória de Posse movida por **José Pereira da Silva e Júlia da Silva Pereira**.

É o que importa relatar.

DECIDO

Inicialmente, destaco que os requisitos de admissibilidade deste recurso obedecerão às regras e entendimentos jurisprudenciais do Código de Processo Civil de 2015, porquanto a irresignação foi interposta em face de decisão publicada já na vigência do novo CPC.

Induvidosamente, a data de publicação da decisão recorrida estabelece qual normativo processual deverá ser aplicado para fins de admissibilidade recursal, de modo que, a toda evidência, a mesma lógica deve ser utilizada em relação às regras processuais atinentes aos seus efeitos.

Passo ao exame da súplica apelatória.

A matéria a ser julgada é de cunho eminentemente técnico processual ou, em outro ângulo, precipuamente cronológica.

Pois bem, conforme se observa dos autos, a apelante tomou ciência da sentença, através de publicação no DJe, em **01/07/2016 (fls. 143), iniciando-se, portanto, o prazo recursal em 04/07/2016.**

Dessa forma, considerando a data acima mencionada, verifica-se que o termo final para a interposição da apelação cível foi em **22/07/2016, levando-se em conta o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar a irresignação.** Porém, extrai-se do processo que o recurso só foi interposto em **27/07/2016**, de acordo com o protocolo de fls. 144, deste caderno processual, fato que contraria o lapso disposto em Lei.

Logo, é evidente que o apelatório fora manejado quando ultrapassado o prazo para a sua eventual interposição, consoante dicção contida no §5º do art. 1003, do Novo Código de Processo Civil, que dispõe:

“§5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.”
(Artigo 1003 do NCPC)

Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial:

“RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AOS ARTIGOS 535, I E II E 557CAPUT DO CPC. DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO COM BASE NO ARTIGO 557 DO CPC. ICMS. EXECUÇÃO. VÁRIOS LEILÕESREALIZADOS SEM SUCESSO. PENHORA DE VALORES FINANCEIROS POSITIVOS,ATÉ O LIMITE DA DÍVIDA ATUALIZADA EM EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO- PROVIDO.

1. [...]3. No concernente à alegada infringência do artigo 557 do CPC, o entendimento deste STJ é no sentido de ser possível ao relator, por meio de decisão monocrática, negar seguimento a recurso quando este for intempestivo, incabível, deserto ou contrário à jurisprudência dominante do seu Tribunal ou de Tribunal Superior: (REsp 671816 /RN, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 03.04.2006; AgRg no REsp779893 / RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 06.03.2006; REsp 574404/ GO; Rel. Min. Peçanha Martins; DJ 13.02.2006).

5. Recurso especial não-provido.” (REsp 916832 / SP. Relator(a) Ministro JOSÉ DELGADO Fonte DJ 03.09.2007 p. 139) Grifei

Desta forma, com base no que prescreve o art. 932, III, do Novo Código de Processo Civil, **NÃO CONHEÇO O RECURSO.**

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

João Pessoa/PB, 07 de março de 2017

Des. José Ricardo Porto
RELATOR

J/01